

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE DIREITO
CURSO DE DIREITO

EMPREENDEDORISMO COMO MEIO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO EM
CACOAL

Cacoal /RO
2006

MARIA ARLEIDE ALVES DE LUCENA SANDERS

EMPREENDEDORISMO COMO MEIO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO EM
CACOAL

Monografia apresentada à Universidade Federal de Rondônia *Campus* de Cacoal, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Jurídicas, sob a orientação do Prof. Especialista Silverio dos Santos Oliveira.

Cacoal /RO
2006

PARECER DE ADMISSIBILIDADE

A acadêmica Maria Arleide Alves de Lucena Sanders, desenvolveu o Trabalho de conclusão de Curso Empreendedorismo Como Meio De Ressocialização Do Preso Em Cacoal, obedecendo aos critérios do Projeto de Monografia, apresentado ao Departamento do Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, *Campus de Cacoal* - RO.

O acompanhamento foi efetivo tendo o desenvolvimento do trabalho observado os prazos fixados pelo Departamento de Direito.

Assim sendo o acadêmico está apto para a apresentação de sua monografia junto a Banca Examinadora.

Cacoal - RO em 10 de Agosto de 2006.

Professor Especialista Silverio dos Santos Oliveira.
Orientador.

MARIA ARLEIDE ALVES DE LUCENA SANDERS

EMPREENDEDORISMO COMO MEIO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO EM
CACOAL

AVALIADORES

Professor especialista Siverio dos Santos Oliveira

Nota

Professor

Nota

Professor

Nota

Média

Cacoal-RO
2006

“ A finalidade da pena, que é um dos princípios da Lei da Execução Penal – Principio Reedutivo – não é observado, pois que ele, egresso, raramente ou quase nunca volta ao convívio social honestamente, em igualdade de condições. Então, que alternativas o Estado dá ao egresso para se ressocializar, reintegra-se opções dadas são pecar novamente, como forma de sobrevivência?”

Matilde Maria Gonçalves de Sá

Dedico a presente monografia ao meu esposo, Wander Sanders, às minhas filhas Angela Kamila e Ana Karina, aos meus pais Arnoud Lucena, e Maria Angela Lucena meus irmãos Arnaldo, Arnauva, Maria Arneide, Junior, Reginaldo e principalmente a Deus que é a razão do meu viver.

Agradeço a todos os professores deste *Campus* que colaboraram para a conclusão deste curso, em especial ao meu orientador Professor Silverio dos Santos, à professora Maria Lindomar dos Santos, à secretária do Departamento do Curso de Direito, Joselita Alves aos funcionários da Secretaria Acadêmica, Sr. José, Ilsa, Alberto ,funcionários da biblioteca, Sra. Roseli, Ildebrando, Inácio...aos funcionários do Fórum que acompanharam a nossa luta.

RESUMO

O presente trabalho realizado por meio de pesquisa de campo, fundado no positivismo, aborda o tema Empreendedorismo como meio de Ressocialização do Preso no Município de Cacoal, seu desenvolvimento partiu do interesse em investigar o crescente índice de reincidência que consta da saída do egresso do presídio sem ter recebido capacitação profissional, por falta de um presídio adequado, o que tem dificultado os trabalhos realizados pelos órgãos de assistência ao egresso. As instituições prisionais, em regra, não dispõem de espaço para a realização das atividades empreendedoras, segurança para os presos, funcionários e para a sociedade. O empreendedorismo como meio de ressocialização, conforme resultado em alguns presídios do Brasil, consiste em meio eficiente de trabalho para quem tem pressa em reabilitar-se e deixar a ociosidade, funciona como terapia ocupacional, é divertido, estimula a competitividade no mercado de trabalho e já vem sendo empregado em várias penitenciárias no Brasil com sucesso, os presos trabalham por produção, o preso e a indústria ficam satisfeitos, pois para o empreendedor, tempo é dinheiro, e tempo não tem faltado no presídio, se houver políticas públicas de conscientização da necessidade do Egresso ser ressocializado dentro do presídio, é possível que muitos presos possam mudar de vida e a sua carta de referência será o seu bom trabalho. Diante de tais constatações e a fim de investigar as questões expostas com maior profundidade, o estudo ora apresentado desenvolveu-se a partir de pesquisa bibliográfica aplicada a pesquisa de campo realizada no presídio do município de Cacoal, bem como com a população do mencionado município.

Palavras - Chave: empreendedorismo - ressocialização - preso.

ABSTRAT

The present paper carried through by means of research of field, established in the positivism and, Approached the subject "enterprising as part of work that objectives to become sociable again the prisoners in the City of Cacoal", Its Brings itself the result that confirms ours thesis: "a half of interviews and probative documents show the increasing index of probative documents show, the increasing index of relapse, it ends in the exit of the prisoner from the penitentiary without having received professional qualification, and difficult the works carried through for the Agency of Assistance to the Egress.The institution doesn't make use of space for the accomplishment of the enterprising activities, it would generate security guard for the prisoners, and employees and for the society. The enterprising like part of the work that objectives to become sociable again the prisoners have been a good in other penitentiaries: is the best way for who has heste in to recover himself and to leave the idleness. Functions as occupational therapy, is amused and stimulates the competitiveness in the work market. It already comes being employed in varies penitentiaries in Brazil; the prisoners work by production; the prisoner and the industry receive benefits because for the enterprising "time is money" and time it has not lacked in the penitentiary. We shoud have politics inside publishes of awareness prisoners needy to become sociable again in the penitentiary. It's possible that many prisoners change their world live and it will become a reference letter for a good work, instead of document that says about criminal antecedents or former - prisoner.

Words – Key: enterprising - become sociable - prisoner

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	14
1.1 Conceito e finalidade	14
1.2 A Inoperância do Sistema em Cacoal.....	16
 2. O ESTADO, A SOCIEDADE E O EGRESSO	20
 3. LEI DE EXECUÇÕES PENAIS.....	24
3.1 Assistência ao Egresso	24
3.2 O Trabalho do Preso em Cacoal	25
 4. EMPREENDEDORISMO COMO MEIO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO EM CACOAL.....	29
4.1 Indústria e Egresso Interesse Paralelo	34
4.2 Fundo de Assistência ao Empreendedor Egresso.....	36
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS	42
ANEXOS	45

INTRODUÇÃO

Vivemos um momento especialmente único e muito importante na história desta nação, sem dúvidas estamos em uma situação em que alcançamos o limite de tolerância.

A experiência democrática estimula o exercício da cidadania e profunda reflexão acerca da responsabilidade de cada indivíduo na construção da sociedade almejada, percebe-se que não devemos entregar o destino nacional exclusivamente ao parlamentar, continuar estagnado e não fazer nada para amenizar o sofrimento coletivo.

É preciso buscar um equilíbrio, lutar por um Direito Penal que defenda efetivamente a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança, a propriedade e tantos outros bens jurídicos essenciais.

O assunto tratado nesta obra traz como tema o Empreendedorismo como Meio de Ressocialização Do Preso Em Cacoal, fundamentado no positivismo o método utilizado para a realização deste trabalho foi a de estudo de caso e pesquisa, trazendo resultados reais comprovando a problemática em que o Sistema Penitenciário vive em relação aos problemas carcerários.

O crescente índice de reincidência criminal, causa a superlotação da Casa de detenção de Cacoal, os órgãos responsáveis pela assistência ao egresso são impossibilitados de realizar qualquer atividade de capacitação empreendedora com o preso.

A função ressocializadora da pena não tem alcançado a sua finalidade, neste município conforme indicam levantamento de dados por meio de documentos, questionários, visitas aos presídios de Rolim De Moura, Casa de Detenção em

Cacoal, visitas virtuais em Presídio Industriais como de Santa Catarina, Lucelia em São Paulo e vários no norte do Estado da Bahia.

Observamos a boa vontade em que os servidores do sistema tem em prol do preso mas diante das circunstâncias físicas do Mini-Presídio de Cacoal, pouco pode ser colocado em prática as disposições em Lei de Execução Penal, muitos têm pensado em deixar de trabalhar com os egressos, pois é um serviço muito dispendioso, não restado frutífero tal esforço conferindo o resultado em reincidência.

A casa de Detenção local por não estar em condições de funcionamento, foi interditado, situação em que os presos em ato de rebelião, reivindicavam apenas que não aceitassem mais presos ali pois não havia espaço físico, como não foram atendidos, destruíram todo o interior da casa de detenção, mas não fugiram, mostrando que desejavam um ambiente tranquilo para cumprir a pena.

A decisão judicial, nº 007.005.004403-2, veio a calhar pois o conteúdo de seu texto comprova toda a tese que defendemos em relação ao tratamento desumano e o confronto da situação carcerária com a Lei de Execuções Penais confirmando o descaso das autoridades competentes, impossibilitando a realização de qualquer método de capacitação para amenizar a reincidência em Cacoal .

A questão do egresso em face a falência do sistema, sua degradação justificando o caos Prisional em que acompanhamos o elevado número de reincidência.

Ao apenado, a Lep, garante que este cumpra a sua pena com o mínimo de dignidade, num ambiente tranqüilo que impera a paz e o respeito mútuo, garantindo oportunidade de aprender uma profissão capacitando a buscar o seu sustento com o seu trabalho.

Mas sabendo nós das dificuldades, e decepções vividas por egressos ao tentar voltar para o convívio social apresentamos o empreendedorismo, que desperta no marginal o desejo de inovar e criar meios de subsistências, de formas

rápidas, que já põe em prática logo ao início do cumprimento da pena, e ao sair do presídio poderá ter o próprio negócio.

Este trabalho apresenta a título de sugestão um projeto que vislumbra ao sentenciado principalmente nas penas privativas de liberdade em regime fechado, a oportunidade de trabalho, que somados aos interesses das indústrias poderão instalar-se dentro do presídio e gerar esperança, dignidade, recuperando a auto-estima do egresso.

1 SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

1.1 Origem

A pena de prisão teve origem nos mosteiros da Idade média, “como punição imposta aos monges ou clérigos faltosos, fazendo com que se recolhessem às suas salas para se dedicarem em silêncio a meditação e se arrependessem da falta cometida reconciliando-se com Deus”¹. Essa idéia inspirou a construção da primeira prisão destinada ao recolhimento de criminosos

Percebendo as deficiências apresentadas pelas prisões da época John Howard, xerife do condado de Belfest, pregou e tomou iniciativa de reformas nos estabelecimentos prisionais, 1764, Beccaria havia publicado sua obra “Dos Delitos e Das Penas” que demonstravam uma nova filosofia penal, em 1819, Jeremias Bentham editava a teoria da penas e das recompensas. Essas traziam influências na revolução do tratamento penal nas prisões.

Há que se observar que o sistema prisional foi instituído para o cumprimento da norma jurídica criminal, tendo por finalidade, gerenciar, administrar, alocar recursos para manter a integridade física, vigilância custódias e desenvolver métodos de recuperação do elemento humano transgressor da norma cogente penal durante o cumprimento da pena.

De acordo com Mirabete¹, quanto a execução das penas privativas de liberdades, são apresentadas três sistemas penitenciários: o sistema de Filadélfia (pensilvânico, belga ou celular), o de Auburn e o Sistema progressivo (inglês ou irlandês).

¹ MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal. Vol. 1.5 ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 249.

No sistema da Filadélfia utiliza-se o isolamento do sentenciado em um pátio circular, sem trabalho ou visitas, incentivando-se a leitura da Bíblia. Mas foi um sistema muito criticado pela severidade do sistema e a impossibilidade de readaptação social do condenado por meio do isolamento.

Já no sistema auburniano, notam-se melhorias em relação à humanização e progresso na função da pena, pois se mantinha o isolamento noturno, criou-se o trabalho dos presos, primeiro em suas celas e, posteriormente em comum, mas tendo por característica marcante, a exigência do silêncio absoluto em que os presos comunicam-se com gestos, para Manoel Pedro Pimentel, o ponto vulnerável do sistema, era a regra desumana desse.

O sistema adotado no Brasil “é o progressivo (inglês ou irlandês) surgiu na Inglaterra no século XIX, atribuindo-se sua origem a um capitão da Marinha Real, Alexandre Maconochie, leva-se em conta o comportamento e aproveitamento do preso demonstrado pela boa conduta e pelo trabalho. É o Sistema Prisional adotado no Brasil considerado um sistema com fulcro humanitário, o sentenciado inicia sua pena em regime fechado, ficando estabelecido três fases, a de prova, que consiste em isolamento celular absoluto, em seguida a permissão do trabalho em silêncio, passando-se a outros benefícios, e a última fase o livramento condicional.”

O sistema penitenciário tem sido alvo de infundáveis críticas relacionadas ao fim objetivado pela aplicação da pena restritiva de liberdade, tendo em vista que a prevenção, punição e ressocialização não têm surtido seus efeitos. Considerando o alto índice de reincidência, a função ressocializadora praticamente não existe, a insatisfação é geral, a barbárie já denuncia que se chegou ao limite.

"O Sistema de penas privativas de liberdade e seu fim constitui verdadeira contradição. É praticamente impossível a ressocialização do homem que se encontra preso, quando vive em uma comunidade cujos valores são totalmente distintos daqueles a que, em liberdade, deverá obedecer², sem falar nas deficiências intrínsecas ou eventuais do encarceramento, como a superpopulação, os atentados sexuais, a falta de ensino e profissionalização e a carência de funcionários especializados”.³

² Cf. PIMENTEL, Manoel Pedro. O crime e a pena na atualidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1983, p. 185-186.

³ MIRABETE, Julio Fabrini, op. cit. p. 250.

1.2 A Inoperância do Sistema

O Sistema Penitenciário não tem alcançado êxito, com a aplicação da pena privativa de liberdade, apenas o *jus puniend* tem se aplicado, pois a dureza da penalização destinada ao sentenciado é visível.

Além das condições degradantes do cárcere, o processo de prisionalização é tão cruel que acoplado a pena propriamente dita resulta nesta pena que aniquila qualquer chance de sobrevivência do detento, tornando inoperante e sem outra finalidade a não ser punir sendo a única preocupação do Sistema o de não deixar o indivíduo fugir "garantindo a paz social".

(...) a nossa realidade é arcaica, os estabelecimentos prisionais, na sua grande maioria, representam para os reclusos um verdadeiro inferno em vida, onde o preso se amontoa a outros em celas (seria melhor dizer em jaulas) sujas, úmidas, anti-higiênicas e super lotadas, de tal forma que, em não raros exemplos, o preso deve dormir sentado, enquanto outros revezam em pé.⁴

O estado e a sociedade têm experimentado o retorno da punição excessiva, desumana, e embrutecedora, já têm formado exércitos de homens derrotados que perderam seus princípios básicos de seres humanos, que por meio da violência formam sua própria defesa.

Quando se diz que o Sistema Penitenciário está em crise há que se pensar que uma crise só é possível quando sai da normalidade; partindo de tal pressuposto deve-se considerar que o Sistema Penitenciário Brasileiro já passou por evoluções consideráveis; as quais devem partir da movimentação social.

No dizer de Eugen Apud Souto e Falcão⁵:

⁴ COELHO, Daniel Vasconcelos. A crise no sistema penitenciário brasileiro. Disponível em <<http://neofito.com.br/artigos/penal.134.htm>>. Acesso em 13-06-2006 às 23h45min.

⁵ SOUTO, Cláudio e FALCÃO, Joaquim (orgs.) Sociologia e direito: textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2005.

Isto é então, o direito vivo em contradição com o que somente é válido diante dos tribunais e autoridades. O direito vivo não está nas proposições jurídicas do direito positivo, mas é o que, porém, domina a vida. As fontes de seu conhecimento são antes de tudo, os modernos documentos; são, também, as observações diretas da vida, do comércio e da conduta, dos costumes e dos usos de todos os grupos, não somente os reconhecidos juridicamente, mas também aqueles que passaram despercebidos e que não foram considerados e, até mesmo, aqueles que a lei desaprovou(...).

O Estado via mídia, joga a sociedade contra o presidiário, buscando ainda mais punição, gerando uma certa concorrência em busca de adeptos para somar e fazer a força, mas a sociedade não entende ou prefere manter-se alheia diante da problemática, pois é mais cômodo.

A problemática em que vive o sistema Prisional é bastante preocupante, pois este assunto já considerado por muitos um problema sem solução, tendo em vista seu efeito colateral em que só se constata o desespero da massa carcerária e do Estado, já estando mais do que provada a ineficácia do Sistema e a necessidade de rever conceitos, na construção de uma sociedade mais participativa.

Sempre que ocorreu mudança no sistema, tivemos porque alguém movimentou um ideal, mas este movimento tem que surgir da sociedade, e não da população carcerária.

Somos produto de uma ambição desenfreada do poder político, sendo jogados e manipulados pelo próprio sistema, que depende de nós enquanto cidadãos.

O Sistema Penitenciário Brasileiro adota a progressividade da execução da pena, sendo esta forma consagrada em sua forma observada de acordo com critérios objetivos e subjetivos, fazendo com que o condenado inicie o cumprimento de sua pena em determinado regramento carcerário, progredindo, do mais rigoroso ao mais brando, sendo pelos regimes fechado, semi-aberto, e aberto.

O condenado que ingressa numa penitenciária para o início do cumprimento de sua pena, obedece ao mecanismo básico para a progressão da pena encaminhando o condenado, a um regime menos severo, depois de ter cumprido a um terço da pena (requisito objetivo), quando primário, e quando gozando de bom comportamento (elemento subjetivo), após avaliação da comissão técnica de classificação.

O Sistema Penitenciário Brasileiro apresenta-se bastante complexo, no que se refere à estrutura física, uma vez que envolve variados modelos de unidades prisionais.

Conforme Mehmeri⁶ os sentenciados passam um período na inclusão, local onde teoricamente são avaliados seus perfis e comportamentos, neste período perde-se a liberdade e a identidade, transformadas em um número, o de sua matrícula, tiram suas impressões digitais, entregam-lhe a roupa da instituição, uma cópia do regimento interno, é entrevistado pôr assistentes sociais, passa pelo médico e acaba virando uma engrenagem do sistema preparado para obedecer às normas da casa.

O Presídio já é conhecido, como o próprio inferno, universidade do crime, a nossa realidade é arcaica, os sentenciados vivem em estado vegetativo, vivenciando momentos depreciantes, amontoados uns aos outros em celas super lotadas.

De acordo com o Dr. Drauzio Varella o preso não dispõe de espaço físico ao menos para dormir tendo que dormir sentado ou participar de um rodízio para conseguir dormir algumas horas em um colchonete sujo, úmido, fétido, e cheio de ácaros, que prolifera a pira, o chato, enfim uma infinidade de micoses, piolho, e um festival de doenças, sendo as mais comuns, malária, dengue, AIDS, lectospirose, impinge, pereba, e muito mais! Sendo estas as enfermidades externas, ou seja, física, as psicológicas, geralmente adquiridas após o encarceramento, não são tratadas e ao menos consideradas, que vem agravar até o fim do cumprimento da pena, se sobreviver aos meios utilizados para o "adestramento".

⁶ MEHMERI, Adilson. Alternativa emergencial. Revista Consulex – Ano I – nº 7 – Julho/1997.

O preso ao adentrar, no cárcere para o cumprimento de sua pena, já se inicia um processo de repressão, desmoralização, desumanidade, onde a tendência deste recluso resulta em total estado de depreciação ficando estigmatizado para o resto de sua vida. E ao texto da Constituição Federal em artigo 5º III, dispõe que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

Conforme expõe Castilho⁷ os vazamentos de água ou entupimentos nas tubulações são constantes; para o preso, viver na cadeia é um castigo duplo, em vários estabelecimentos prisionais a descarga do vaso sanitário é monitorada na administração do presídio; por economia, segurança ou sadismo, os agentes só acionam a descarga à noite, quando os presos já sofreram bastante com odor; quando demoram muito para acionar a descarga, para forçar uma situação, jogam nos colegas seus excrementos, fazendo uma pequena guerrilha, e aterrorizando os novatos, que acabam se adaptando à nova situação ou desenvolvendo distúrbios mentais.

⁷ CASTILHO, Ela Wiecko V. de Controle da legalidade na execução penal: reflexões em torno da jurisprudência. Porto Alegre: Fabris, 1998.

2. O ESTADO, A SOCIEDADE, E O EGRESSO.

O Estado deve garantir, a execução da lei nas suas funções punitiva, preventiva e principalmente ressocializadora, o que tem causado a inoperância do Sistema Prisional, pois a sociedade faz o preso, mas não observa este processo de prisionalização que aniquilando todas as chances de sobrevivência de um homem que será sempre sujestionado ao crime se não houver um crédito social.

"Destarte, nem o Estado nem a sociedade podem fechar os olhos diante da miséria e do descalabro. Sua omissão também é criminosa. As prisões devem sem dúvida, constituir-se em lugares decentes em nada semelhantes às masmorras de outrora, descritas pelo Marquês de Beccaria, com seriedade e revolta, contudo não podem confundir-se com casas de campo ou repouso. O trabalho, a disciplina rígida e a educação são fundamentais a redenção do prisioneiro"⁸.

A sociedade não perdoa o delinquente, do que se depreende que a prisão desse não tem perante os olhos da sociedade, o condão de readaptá-los ao convívio social, ora, dessa compreensão tem-se que as prisões não tem atingido sua principal finalidade, qual seja, a de ressocializar.

" Algumas pessoas falam de prisão como se fosse um hotel quatro estrelas, apresentando o preso como uma espécie de veranistas às custas do Estado. Daí surgem os protestos os que levantam a voz, quando se propõe a melhoria das condições penitenciárias: que os presos paguem pelos seus erros! Não se pode dar comodidade a estes fora da lei, enquanto tantas pessoas honestas vivem miseravelmente! Tinha -se que ver as manchetes iradas de uma determinada parcela da imprensa, a propósito da fuga num helicóptero de um preso que estava num dos campos de futebol de Fleury-Mérogis: O que? Estas pessoas praticam esporte, enquanto aqueles que nada fizeram de reprovável ganham o pão com o suor do seu rosto? A mesma indignação se manifesta quando se coloca o problema do ócio nas prisões. A Administração não consegue assegurar trabalho a todos os presos que gostariam de ter um salário? Não há o que lastimar! Numa

⁸ FREDJA, Leon Klarowsky. Guerra sem fronteiras. Revista Consulex – Ano 5 – nº 176 – Maio de 2004.

época em que existem legiões de desempregados, querem dar emprego para delinqüentes, enquanto as pessoas honestas não têm?; Aquele que foi pego pelo sistema é culpado para o resto da vida. É a nossa justiça -um mecanismo de exclusão definitiva"⁹

A marginalização social é gerada por um processo discriminatório que o sistema penal impõe, pois o etiquetamento e estigmatização que a pessoa sofre ao ser condenada, tornam muito pouco provável sua reabilitação.

Uma vez que um cidadão erra, a sociedade não perdoa e a pena aplicada não tem fim, uma vez preso para sempre será chamada de ex. presidiário, sua vereda está determinada, estigmatizado será para sempre, pois ninguém acredita que alguém possa optar pelo crime em meio a dificuldades, este será com certeza um eterno condenado.

O sistema Prisional Brasileiro não está só superlotado, está também abandonado pela sociedade nacional. O Estado Juiz que através da sentença condenatória submete o condenado ao cumprimento de uma pena restritiva de liberdade, submete-o também a toda espécie de miséria e crueldade extensiva aqueles que aguardam julgamento e que poderão ser absolvidos¹⁰.

Por intermédio da pesquisa documental empreendida para fins de construção do estudo ora apresentado Detectou-se que o índice de crimes praticados com mais freqüência neste município, são os tipificados Na Lei 6368, artigo 12, 16, 157 II, e artigo 155, do Código Penal, o assalto, o vício em que justifica o tráfico de drogas como meio de driblar o desemprego garantindo o sustento próprio e de suas famílias.

Observou-se que do tráfico de drogas emanam muitos outros crimes, que cuja grande maioria se origina do desemprego. Num país globalizado a competitividade,

⁹ HULSMAN, Louk. Penas Perdidas: o sistema penal em questão. 2 ed. Rio de Janeiro: Luam, 1997, p. 71.

¹⁰ BARROS, Miguel Daladier é Coronel RI do Exército brasileiro, bacharel em Matemática, bacharel em direito, advogado, Mestre em aplicações Militres, especialista em Direito do Estado, em Direito civil, e Processual Civil, professor da cadeira de direitos Humanos e Coordenador do Cureso de Direito da Fauclade de Imperatriz – FACIMP (Imperatriz – MA)

chega a ser injusta e cruel, quando o concorrente é um egresso do sistema prisional.

A sociedade faz o preso, mas não observa este processo de prisionalização que aniquilando todas as chances de sobrevivência de um homem que será sempre sujestionado ao crime se não houver um crédito social.

Não existe, por parte dos governos, interesse em investir no sistema penitenciário, nem da população em cobrar dos governantes tais investimentos. Cabe à prisão “guardar” os criminosos para proteger a sociedade. Este desinteresse leva à morosidade do sistema; a superpopulação carcerária; ao número insuficiente de funcionários, acarretando comodismo e descrença no próprio sistema e na justiça, gerando um círculo vicioso, fato este que impede as mínimas tentativas de mudanças que seriam benéficas se postas em prática.

O Estado não tem condições de resolver toda problemática que envolve o Sistema sozinho, tendo em vista que o problema da criminalidade não depende só de Segurança Pública (conseqüência) não é um problema de só cunho sócio econômico (causa) tem sido tratado erroneamente, quando é notório que, tratamos os fatores externos, considerados as conseqüências da criminalidade, não tratando as causas adjacentes, que levam o sujeito a delinquir.

Para os delinqüentes de alta periculosidade, não há outra alternativa, sendo a privativa de liberdade o único meio, mesmo sendo detestável solução; não podemos abrir mão, a ressocialização destes precisam de um método todo direcionado, mas este tempo em reclusão deve ser utilizado para sondar o grau de periculosidade, se o apenado tem "história" (se é viciado em alguma substância alucinógena), se o preso tem problemas psicológicos, direcionando sempre para o tratamento específico, pois não há o que se falar em ressocialização sem um tratamento de base é o que dispõe a Lei de Execuções Penais no Capítulo I que trata da Classificação.

O Estado parece desnorteado frente a tamanha organização dos crimes, onde é visível a necessidade de revolução no sistema e o investimento em políticas públicas de conscientização social, pois é a mesma sociedade que pede segurança,

e a que reclama quando anunciado qualquer medida de ressocialização, o que provoca o desinteresse político pela população carcerária.

A partir do momento que um problema se exterioriza passa ser um problema de todos, a sociedade revendo seus conceitos poderá contribuir com o sistema cobrando por meio do voto, políticas públicas de conscientização da população leiga fazendo com que o Estado cumpra com o seu dever mostrando força e trabalho (artigo 4º LEP), preparando o apenado, para ressocialização, e a sociedade para receber o egresso, acreditando, apoiando e reafirmando o seu valor enquanto um homem transformado e capacitado.

O Egresso - considerado aquele que saiu, que deixou de fazer parte de uma comunidade; o definitivamente liberado até o prazo de um ano, a contar da saída do Estabelecimento prisional, e também o liberado condicionalmente, durante o período de prova (artigo 26 da LEP).

Este indivíduo que acaba de cumprir sua pena é praticamente o objeto de nossa pesquisa, pois baseado no que lhe foi ensinado, desde a orientação psicológica, a capacitação profissional, é com uma certa estrutura de conhecimentos, novos princípios de vida.

Esta fase é a mais delicada, pois o homem egresso se não estiver em bases sólidas voltará em breve para o presídio, pois não encontrará apoio social.

3 LEI DE EXECUÇÕES PENAIS

A Lei De Execuções Penais, regida sob o n.7210 de julho de 1984 oferece garantias para que o preso cumpra a sua pena com o mínimo de dignidade e respeito, acompanhando pôr meio de seus artigos o processo de execução da sentença condenatória, tutelando o internado de cada ação contrária ao objeto do Instituto, garantindo que possa ser cumpridas toda a sua finalidade, prevenção, punição e ressocialização.

De acordo com Capez: "A Lei de Execuções Penais, tem pôr objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração Social do Condenado e do internado".¹¹

3.1 Assistência ao Egresso

Consta do artigo10 da Lei de Execuções Penais, que é dever do Estado a assistência ao preso e ao internado durante um ano após o cumprimento da pena, que objetiva garantir a prevenção e orientação ao retorno à convivência em sociedade, este prazo passa a contar a partir da saída do estabelecimento e o liberado condicionalmente durante o período de prova (artigo 26 da Lei de Execuções Penais).

Esta assistência destinada está disponível por um ano, se o egresso não conseguir emprego até o término do período será estendida por mais dois meses; lembrado que a mencionada assistência oferecida distintamente com a necessidade do habilitando, conforme o expressa a Lei de execução Penal.

Assistência material, Fornecimento de alimentos, vestimentas e instalações higiênicas.

¹¹ CAPEZ, Fernando, Execução Penal três, pg. 17, Editora Damásio de Jesus.

- Assistência à saúde, tem caráter curativo e preventivo.
- Assistência jurídica, Destinadas aos presos e internadas.
- Assistência educacional, Direito assegurado constitucionalmente,
- Assistência social tem caráter oficial, será prestada pelo serviço social Penitenciário, podendo ser auxiliado pôr empresas particulares, objetivando garantir a ressocialização.
- Assistência religiosa; o egresso recebe incentivos e apoio religioso.

Conforme artigo 17 da Lei de Execuções Penais, a assistência educacional compreenderá a instituição escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Da leitura do artigo. 19 Lei de Execuções Penais, o ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

O artigo 20 da lei em comento determina que as atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Evidencia-se que é preciso investir na capacitação do preso para que esse possa ser inserido no mercado de trabalho, pois cada profissão é mister que haja um preparo anterior, para que o egresso não venha futuramente a reincidir, já que a reincidência traz prejuízo para todos.

3.2 Trabalho do Preso em Cacoal

Dispõe o artigo 28 da Lei de Execução Penal que o trabalho é um dever social, tendo finalidade educativa e produtiva.

As instituições de Assistência ao Preso em Cacoal têm feito o possível para ressocializá-lo, firmando convênios com a Prefeitura, Empresas no ramo de Construção Civil e outras, mas este trabalho tem gerado problemas para o preso e empresa, o trabalho oferecido é extramuros, em empresas de construção civil, só dispondo de vagas para serviços gerais, que nem todo egresso esta qualificada para este serviço, para aqueles que aceitam este serviço visando o desconto do tempo trabalhando no tempo da pena quase sempre tem surpresas desagradáveis na contagem da pena e do tempo trabalhado. (informações colhidas em conversa com preso confirmada com APAC).

Do salário do reeducando é passado 5% (cinco pôr cento) para a instituição de Apoio que faz o intermédio entre o trabalhador e a empresa APAC (Associação de proteção e Assistência aos Condenados de Cacoal), 65% (sessenta e cinco pôr cento), para o preso, e 30% (trinta pôr cento) a família do detento, observando a folha de pagamentos tem recebimentos mínimos de R\$ 55,00 (cinquênta e cinco reais).

Em análise ao plano de Trabalho 1/3, para o preso é bastante limitado pois só dispõe de serviços braçais em obras de terra planagem, nas secretárias municipais onde os locais são destinados pela administração.

O que desestimula o Trabalho do preso, são as controvérsias quanto a totalidade dos dias trabalhados para converter em desconto na pena, os presos ficam desanimados ao trabalho e em conseqüência desanimam os empresários que deixam de realizar os convênios com os órgãos responsáveis no controle do trabalho do preso, gerando então a má fama de que o preso só quer comer de graça e viver bem.

Por ocasião da pesquisa de campo constatou-se que o Instituto de Assistência ao Egresso não tem produzido seus efeitos aqui em Cacoal devido à falta de estrutura física, para desenvolver qualquer trabalho com os presos (do regime Fechado), tendo em vista que pela progressão do regime só participam do benefício depois de cumprido 1/6 (um sexto) da pena.

Estudando os Estatutos da APAC e DEPEN, No município de Cacoal detectou-se vários equívocos no que tange ao trabalho do apenado, pois a forma como é desenvolvido, o valor da remuneração destes trabalhos tudo muito limitado que só confirma o desestímulo do empresário e do trabalhador, pois o tipo de trabalho oferecido não segue nenhum critério de especialização.

No momento o único trabalho oferecido é de serviços gerais, em empresas de terra-planagem, que recebem um valor irrisório, não resolvendo de imediato o seu problema, piorando a longo prazo, pois cumprido o prazo do semi- aberto para o aberto, de imediato já retiram o reabilitando do trabalho que volta para casa sem perspectivas nenhuma.

Os cidadãos cocoalenses fazem parte deste dilema, uma vez que formam a sociedade entendendo que sociedade é um grupo de pessoas reunidas em interesse comum, representados pelo Estado, suscitando a lei, que de sua violação resulta o crime, fazendo prisioneiro o indivíduo descumpridor desta .

Exemplo de trabalho do preso que vem tendo resultados positivos é o realizado pela fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” – Funap, que é uma instituição que tem por missão promover a reabilitação e ressocialização do preso por meio de programas de educação, cultura e trabalho produtivo.

A fundação em comento teve origem na Lei 1.238, de 22 de dezembro de 1976, que autorizou o Poder Executivo a instituir “Fundação de Amparo ao Preso”, tendo seu estatuto aprovado pelo decreto nº 10.235, 30 de Agosto de 1977.

Os órgãos de assistência ao Preso ficam, nesse sentido, responsáveis pela comercialização e para o Público no “Espaço Carmem Pimentel” em São Paulo.

No caso do município de /RO cumpre observar que o crescente índice de reincidência criminal causa a superlotação da Casa detenção local e os órgãos responsáveis pela assistência ao egresso ficam, portanto, impossibilitados de realizar qualquer atividade de capacitação empreendedora com o preso.

A função ressocializadora da pena não tem alcançado a sua finalidade no município em estudo, conforme indica levantamento de dados obtidos em documentos, questionários, visitas virtuais aos presídios como os de Santa Catarina, Lucélia em São Paulo e vários no norte do Estado da Bahia.

Observa-se a disposição dos servidores do sistema do município em estudo, mas, diante das circunstâncias físicas do Mini-Presídio de Cacoal, pouco pode ser colocado em prática no que tange às disposições em Lei de Execução Penal, muitos têm pensado em deixar de trabalhar com o segredo. Pois é um serviço muito dispendioso, não restando frutífero tal esforço, haja vista os altos índices de reincidência.

A casa de detenção local, por não estar em condições de funcionamento, foi interditada, situação em que os presos em ato de rebelião reivindicavam apenas que não aceitassem mais presos ali pois não havia espaço físico, como não fugiram, mostrando que desejavam um ambiente tranquilo para cumprir a pena.

4. EMPREENDEDORISMO COMO MEIO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO Em CACOAL

O homem enquanto habitante do universo constrói a sua existência na capacidade maior ou menor de dominar esse mesmo universo. É pelo construir, reconstruir e encontrar novas formas de se impor ao meio ambiente que os humanos chegaram a estágios mais complexos e alcançaram novos instrumentos de equilíbrio na natureza.

Pesquisas mostram que a pessoa com grandes impulsos internos para desempenhar o papel de empreendedor, ou seja, tornar-se um pioneiro, detêm as seguintes características:

(...) não possui paciência e gosto para alisar os bancos escolares de uma escola profissional. Isso foi declarado no livro de memórias escrito pelo homem considerado entre os mais ricos do mundo, o conhecidíssimo Bill Gates, da maior empresa de softwares, a Microsoft. Os cursos regulares de graduação costumam ser ocupados apenas pelos que pretendem vir a ser nada mais que administrados e técnico, podendo até alcançar cargos gerencias de alto nível, mas sempre como empregados. Talvez a explicação mais simples é que empreendedores não se formam em escolas(...) ¹²

É possível ensinar alguém a se tornar empreendedor?

Para Fillion *apud* Salim:

(...) o treinamento para a atividade empreendedora deve capacitar o empreendedor para imaginar e identificar visões, desenvolver habilidades para sonhos realistas. É certo e reconhecido que trazer o tema para a ordem do dia tem permitido a pessoas que não haviam pensado concretamente nesta possibilidade se entusiasmar com a idéia de empreender ¹³.

¹² MARCONDES, Reynaldo C. e BERNARDES, Cyro. Criando empreendedores para sucesso. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p.15.

¹³ SALIM, Cezar Simões (et al). Administração empreendedora: teoria e prática usando estudos de casos, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

O empreendedorismo tem sido o método mais utilizado para driblar o desemprego, até mesmo para os jovens de classe média que, ainda que portadores de inúmeros certificados de cursos profissionalizantes não conseguem ser inseridos no mercado de trabalho, o problema, a luta pelo trabalho não é só do ex-presidiário, mas da mulher, do adolescente, do negro, idoso, homossexual, e outros.

A opção pelo empreendedorismo não é só pelo fato de estar desempregado, mas para quem está insatisfeito com o emprego que possui, por não conseguir, desejar um negócio próprio, ser livre para trabalhar, não receber ordens, poder traçar suas próprias metas.

O Trabalho faz parte da natureza do homem, quer entendido como castigo divino - "Comerás o pão com o suor do seu rosto", ou como instrumento de auto afirmação e dignidade.

Na Lei de Execuções Penais que trata do trabalho interno, artigo. 32 dispõe na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado.

A problemática do preso em relação reabilitação social no município de Cacoal é muito complexa, tendo em vista que não se conta com uma estrutura, na qual possa ser desenvolvido qualquer projeto de capacitação que melhore a vida dos presos que se encontram amontoados na Casa de Detenção Local, sem nenhuma chance de ressocialização.

(...) a atual política penitenciária deu maior ênfase ao trabalho do condenado, em qualquer regime que lhe for aplicado, procurando, inclusive, através das penas alternativas, de prestação de serviço á comunidade, conscientizar até mesmo o condenado por pequenas infrações a partir do trabalho em favor da comunidade. Contudo, torna-se indispensável que sejam propiciadas ao condenado condições de trabalho, visto que atualmente não vemos como aplicar essa nova proposta ao nosso sistema, salvo no regime semi-aberto, em que o condenado já vem trabalhando como nas colônias agrícolas, industriais ou similares, pois em muitos estabelecimentos fechados o condenado não tem tido oportunidade de trabalho¹⁴.

¹⁴ NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Comentários à lei de execução penal. 3 ed. São Paulo, 1996, p. 200.

A Casa de Detenção de Cacoal contrasta-se com a Lei onde esta dispõe em artigo 83 que o estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva, no artigo 85, em seu texto diz que o estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade.

O obstáculo básico, que tem impedido a reabilitação do preso, é sem dúvidas a falta de um presídio onde este agente possa resgatar, ou mesmo inverter os seus valores, por meio de palestras, consultas psicológicas, laborterapia, resgatando a cidadania, a sua dignidade, entendendo os seus próprios atos, revendo os seus conceitos e buscando mudar os seus valores.

A sociedade do município de Cacoal, ainda precisa amadurecer esta idéia, de ressocialização para o preso, pois conforme pesquisa realizada, já estão satisfeitos com o enclausuramento dos infratores, não estão preocupados com a qualidade do retorno ao convívio social.(vide anexa)

Observe a trajetória necessária para a realização de uma pequena reforma na Casa de Detenção Local.

Segue abaixo transcrição da decisão prolatada nos autos despacho judicial n.007.05.004.403-2 / 2º Vara Criminal. (Decisão judicial, em 09/07/2005 Pedido de Providências n.007.05.005503-2, pôr Juíza Dra. Euma Mendonça Tourinho, titular 1ª Vara Cível, na época em substituição Juíz da 2º Vara Criminal).

“Poder Judiciário do Estado de Rondônia/ COMARCA DE CACOAL”.

O Ministério Público do Estado de Rondônia Interpôs, em 2003, pedido de providências e ação civil Pública, no anos em curso, ambas versando sobre o mini presídio de Cacoal.

Naquela oportunidade, foi narrada a situação alarmante, caótica e insustentável constatada no estabelecimento prisional requerendo o representante do “Parquet”, dentre outras medidas, a interdição do mencionado presídio.

Foram juntados diversos documentos.

Nenhuma providencia, até a presente data, foi tomada.

Na data de ontem, iniciou-se uma rebelião às 16 horas com tomada de refém que somente terminou pôr volta de uma hora da manhã.

É a síntese do necessário.

DECIDO.

Da análise detida e minuciosa dos dois processos nominados constato que no ano de 2003 foram realizadas inspeções sanitárias indicando que o presídio não se prestava à sua destinação.

Posteriormente, vários laudos e vistorias foram realizados pelos mais diversos órgãos (perito criminal, engenheiros da prefeitura...) concluindo as mesmas condições degradantes, desumanas e insustentáveis ventiladas nas inspeções feitas pela vigilância sanitária com patente comprometimento da segurança dos que lá se encontram, transitam, trabalham e à sociedade seja pela localização do presídio (na zona urbana, atrás da Delegacia de Polícia Civil, vizinho a Rodoviária) seja pela absoluta deficiência estrutural existente.

Constam nos dois processos determinações relativas a diversos ofícios sem que nenhuma providência tenha sido tomada.

Pedido de providências n. 007.05.004403-2 assinado pela juíza Dra. Euma Mendonça Tourinho.

Fls. 02

As expressões vagas e imprecisas, infelizmente, do, do Poder Público são no seguinte sentido: "...elaborou projeto básico, planilha orçamentária, cronograma físico- financeiro descritivo para a reforma do presídio de Cacoal...10.09.03" (fls.249); "a SUPEN não dispõe de recursos próprios...15.09.03" (fls. 250); "estão sendo levantados os custos pelos engenheiros da secretaria...18.08.04 (fls. 299); SEAPEN está elaborando novo projeto, que após adequação financeira será remetida para a SUPEL, que irá licitar...26.01.05 (fls. 447 e 475); o processo já está montado, aguardando liberação de orçamento para decretação de emergência pela PGE ...22.02.05 (fls. 511); esta secretaria solicitou a Procuradoria Geral do Estado(...) para posterior emissão de parecer quanto à possibilidade de dispensa de licitação...25.02.05 (fls. 513); já foram tomadas providências no sentido de impedir que os fatos narrados na carta recebida pôr aquele douto juízo pudessem se concretizar... 31.03.05 (fls.518), etc.

No início do presente ano houve rebelião e segundo o zeloso e corajoso juiz Dr. Carlos Negreiros "o saldo de destruição do presídio. O que era ruim, não existe mais". Vários presos foram lesionados após serem tomados como reféns (fls. 340, datado de 20 de janeiro do corrente).

O Promotor de Justiça, indignado com tal situação, se manifestou pôr diversas vezes. Numa delas escreveu: "Aguardo a execução da obra" (fls. 308) e o Juiz: "Eu também (mesmas folhas dos autos)".

Enquanto isso, os presos provisórios continuam sendo mantidos junto aos definitivos, há superlotação carcerária; falta de higiene e péssimas instalações hidráulicas e elétricas com patente risco de lesões e proliferação de doenças. Em suma, há total ausência de estrutura Carcerária.

Considerando que são mantidos presos provisórios e definitivos conjuntamente em verdadeira afronta ao que dispões o art.84, *caput*, da LEP e regras mínimas da ONU;

Considerando a ocorrência de rebelião em janeiro e na data de ontem no presídio local;

Considerando que tramita ação civil pública sob o n. 007.05.004403-2 na 3ª Vara Cível desta comarca versando sobre o mesmo pedido formulado no presente procedimento;

Considerando que nenhuma obra foi sequer iniciada até a presente data;

Fls. 03 assinado pela Juíza Dra. Euma Tourinho.

Considerando a absoluta ausência de condições de salubridade e segurança do mini presídio de Cacoal:

DETERMINO:

- 1) com profundo respeito à dignidade da pessoa humana (CF, art.1º, III), a proibição constitucional de cumprimento de penas cruéis (CF, art.5º, XL- VII, "e") e ao dever do magistrado zelar pelo cumprimento da pena (LEP, art.66,VI) a INTERDIÇÃO do mini presídio de Cacoal, com fundamento no art, 66,VII, da Lei de Execução Penal.
- 2) A proibição de recebimento de novos presos até que seja feita vistoria judicial, acompanhada pelo Ministério Público após a concretização da reforma necessária.
- 3) Seja oficiado os ilustres Corregedor Geral de Justiça e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, governador do Estado de Rondônia, Secretário de Estado De Administração Penitenciária, Diretor do Mini Presídio de Cacoal e Ministério Público local, com cópia da presente decisão.
- 4) Seja oficiado ao ilustre Juízo da 3ª vara Cível desta comarca com cópia da presente decisão.
- 5) Sejam providenciados na próxima Segunda feira (dia 11 do corrente) expedição de todos os ofícios prometidos pôr esta magistrada pôr ocasião da rebelião.

Pôr se tratar de final de semana mas considerando, pôr último que esta magistrada também responde pelo plantão judicial serão encaminhadas, de imediato, cópias da presente ao Ministério Público e Diretor do presídio local.

Cacoal, 09 de julho de 2005. Assinado pela Juíza de Direito Euma Mendonça Tourinho - Pedido de providências n.007.05.004403-2."

Na data de ontem constatou-se, mais uma vez, que o efetivo de agentes e policiais militares é insuficiente para não dizer, pôr igual, desumano.

Ademais, não há armamento sequer condizente com a necessária segurança que devem aqueles preservar.

Os dois buracos feitos no presídio, durante a rebelião, agravam a situação precária da segurança do presídio.

Pedido de providências n. 007.05.004403-2, assinado pela Douta juíza. Euma Mendonça Tourinho.

Saliento, outrossim, que a despeito de não ser titular da Vara que cumula Execução Penal fui titular da Vara em questão no ano em que iniciou-se o presente procedimento sendo, portanto, conhecedora do problema enfrentado.

Ademais, em substituição ao titular da respectiva Vara fui chamada ao presídio em razão da rebelião ali instalada.

É lamentável que o poder Judiciário e o Ministério Público sejam colocados na linha de Frente da rebelião pôr problemas que não são da sua alçada.

É lamentável que se destine recursos do Juizado para suprir ausência de combustível, pneu e diárias dos policiais militares, dentre outros, e supra - igualmente - com os mesmos recursos deficiências do presídio com o objetivo de minimizar problema que não lhe compete.

É lamentável que, durante a rebelião, os responsáveis pelas providências reclamadas não dêem sinal de vida.

Considerando que no ano de 2003 o diretor da SUPEN afirmou que seriam repassados, no ano de 2004, R\$ 100,000,00 para reforma e estruturação da casa de detenção (fls. 256);

Considerando que passados mais de dois anos nada foi feito até a presente data a despeito dos inúmeros laudos e vistorias concluindo a inviabilidade do funcionamento do presídio de Cacoal para o fim a que se destina;¹⁵

4.1 Indústria e Egresso Interesse Paralelo.

A Lei de Execuções Penais em seu artigo. 28 trata da disposição para a realização dos trabalhos realizados Intramuros, em colônia Agrícola, Industrial ou Similar.

No Brasil, mais precisamente no sul do país já funcionam, ainda que timidamente Presídios Industriais, com arquitetura moderna, ornamentada com pinturas alegres, quadros de incentivo ao empreendedorismo, onde o preso entende

¹⁵ Transição de decisão prolatada nos autos despacho judicial n° 007.05.004.403-2/2° Vara Criminal. (Decisão judicial em 09/07/2005 Pedido de Providências n° 007.05.005503-2, por Juíza Drª. Euma Mendonça Tourinho, titular 1ª Vara Cível, na época em substituição ao Juiz da 2ª Vara Criminal)

a necessidade de criar algo que possibilite o seu sustento e de sua família, sem ter que sair a procurar emprego, mas sair para oferecer mão de obra especializada ou um negócio próprio, com a capacitação recebida dentro do presídio, ou melhor "reformatório".

(...) De qualquer modo, tratando-se de atividade laboral do apenado, deve-se tê-lo em relevo para reflexão de especialistas e penitenciaristas, posto que a finalidade do cumprimento da pena, em nenhuma hipótese, em que pesem opiniões em contrário, pode constituir-se como reprimenda, expiação e, muito menos, como castigo.¹⁶

O empreendedorismo tem sido o método mais eficaz de driblar o desemprego, até mesmo para os jovens de classe média que mesmo portadores de inúmeros certificados de cursos profissionalizantes não conseguem ser inseridos no mercado de trabalho, o problema, a luta pelo trabalho não é só do ex-presidiário, mas da mulher, do adolescente, negro, idoso, homossexual, e outros.

O desemprego tem feito as suas vítimas, exportado nossos profissionais, têm colocado a margem, tem lotado prisões, ganhar o pão de cada dia não tem sido fácil, o que era castigo nos primórdios tempos, hoje é a dignidade do homem.

Em recente pesquisa realizada pela revista (super interessante), cuja reportagem trata de um manual de sobrevivência em um mundo sem emprego, apontando o empreendedorismo como saída mostra a saga de pessoas capacitadas em todos os aspectos e que não conseguiram emprego, em um mundo competitivo e globalizado que veio a dificultar ainda mais a vida de muitos jovens que buscam o primeiro emprego.

O problema dos reabilitandos tem sido bem complicado, pois encontram muitos obstáculos para conseguir sair do rol dos ex-presidiários para depois enfrentar o desemprego fazendo acontecer, indo de encontro ao empreendedorismo, buscando em ensino técnico profissionalizante a capacitação para a criação de um negócio próprio dentro das necessidades sociais, devido a globalização, estamos

¹⁶ PADUANI, Célio César. Da remição na lei de execução penal. Belo Horizonte: Del Rey, 2002, p.17.

sofrendo também seus efeitos negativos, dentre tantos a competitividade desenfreada.

Estudo de Caso 01

Em visita ao Presídio de Rolim de Moura em Rondônia observou-se uma quadra enorme, chamado de oficina de trabalho dentro do presídio. Em uma das paredes da quadra estão expostos os produtos oferecidos para venda e as encomendas das empresas, ali havia, ali havia para cada medida de tapete, um preço, e o preço variava de R\$ 15,00 a 180,00 reais, o salário dos empreendedores também é de acordo com a produção, assim todos ficam animados para alcançar metas e produzir sempre mais, garantindo prestígio com a qualidade de seu trabalho.

Estudo de Caso 02

Em visita à praça Cláudio Coutino, em Porto Velho, teve-se a oportunidade de conversar com vários ex-presidiários que estavam vendendo suas produções e fazendo seu próprio salário, sendo que a maioria deles entraram no presídio por roubo (artigo 155 do CPB), reincidindo logo após pelo (157, II c/c 16 do CPB), depois pelo 12 da Lei 6368.

4.2 Fundo de Assistência ao Empreendedor Egresso.

Depois de analisados vários estatutos de programas de assistência e reintegração do preso, coloca as prioridades do preso ao voltar para a sociedade, com base nas pesquisas junto à sociedade, empresários e egresso foi montado o projeto que ora se apresenta e cuja sigla é o F.A.P.E. E (Fundo De Assistência Ao Pequeno Empreendedor Egresso).

- Com o F. A. P. E. E, que é um projeto voltado para o aprendizado de um ofício que lhe garanta um retorno monetário breve, pois o preso tem pressa, esta direcionada ao acompanhamento do recluso a partir do momento da sentença condenatória até a abertura da empresa própria.
- A Indústria sendo instalada dentro de um presídio, tem em mãos o controle administrativo do trabalho do preso, e não do presídio, este trabalho é de livre arbítrio para o preso, que aceitando a oportunidade, terá a cada três dias de trabalho a redução de um dia em sua pena, a indústria participante trabalhará em parceria com o Governo Federal, que estará trabalhando o resgate da cidadania, inversão de valores, a importância do trabalho, eleições, religião, o amor, enfim temas que realmente são essências na formação do caráter do cidadão por meio de palestras, com apoio do Estado que estará trabalhando em cima de políticas públicas de conscientização social, que tratará de segurança pública, importância da participação da sociedade para dirimir a reincidência reformando as nossas bases.
- A Indústria fornecerá ao preso o salário por produção, conforme visitas realizadas em presídios e feiras de empreendedores, pôde-se observar que os presídios que dispõem desta visão, o preso faz o próprio salário, que às vezes ultrapassa os cinco mil reais, (na fabricação de tapetes com fio de palha de coco), o tempo é dinheiro e este é a sua motivação, com a produção dos artesanatos ou empreendimentos, o preso passa a produzir sonhos e esperança.
- Preso, não precisa se preocupar com a escoação da mercadoria, a própria indústria vende o material produzido e faz o pagamento líquido para o trabalhador, esse pagamento entrará para o Fundo Assistencial de Apoio ao Empreendedor Egresso, que ao tempo da Pena serão feitos depósitos que financiarão parte do seu empreendimento.
- Ao tempo do cumprimento da pena o empreendedor reabilitando, fará depósitos para o F. A. P. E. E, a Indústria, a sua família, a Instituição

carcerária para cobrir gastos com alimentação, remédios, produtos de higiene e limpeza.

- Em Santa Catarina, os presos já estão retornando o capital de investimento em 80% da construção do Presídio Industrial e demais gastos.(Projeto Pintando a liberdade), Santa Catarina contém células em várias cidades no Sul do País.
- A Industria credenciada será responsabilizada pela escoação da produção, enviando para as lojas do município, outros Estados e principalmente outros países. Que é o caso de Porto Velho que já exporta biojóias, pele, escamas, sementes da Amazônia, etc.
- O estado de Rondônia é rico em matéria prima, a palha de coco, açaí, casca de cupuaçu, tudo se transforma, e a própria LEP art. 32 § 1º e § 2º, libera a produção nesta região devido ao turismo, enquanto em outras regiões existe um limite de produção, pois, além da falta de matéria prima, a falta do Turismo pode dificultar a escoação da mercadoria.
- Fundo de Apoio ao Pequeno Empreendedor, consiste em um conjunto de depósitos realizados ao longo do cumprimento da pena que ao deixar o cárcere, ou seja a industria, abrirá o próprio negócio, e o seu retorno será triunfante, o seu cliente será a sociedade, onde a qualidade do seu trabalho será a sua carta de recomendação, não precisando falar mais do passado e vida pregressa.

Conforme artigo 22 § 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

- À indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios.
- Assistência a família.

- Pequenas despesas pessoais.
- Ao ressarcimento ao Estado sem prejuízo da destinação prevista nas letras anterior.

O Parágrafo 2º ressalva as aplicações legais do fundo de Apoio que o restante deste salário será destinado a constituição do pecúlio, em caderneta de poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade que poderá ser investido no negócio próprio. Onde este não precisará mais falar em antecedentes criminais, nem lembrar que foi um preso; será justificado com a qualidade do seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas observados no Sistema Prisional no Município de Cacoal, não são diferentes nos presídios dos grandes centros, o problema da superlotação ocasionado pela reincidência reside na falta de um presídio apropriado para aplicação de medidas ressocializadoras.

A maioria dos problemas encontrados na Casa de detenção local seriam consideravelmente dirimidos caso houvesse a implantação de medidas humanizadoras no cumprimento da pena; o problema maior não é a estrutura física da Casa de Detenção, mas a omissão social e política deste município,

Falta a vontade em querer investir nas suas prioridades, se não for por amor ao ser humano, mas que seja pela sua própria segurança.

A situação é desoladora, pois conforme pesquisa realizada, a sociedade ainda não tem consciência da situação, este município é formado por uma sociedade com um alto índice de rejeição aos ex-presidiários com pensamentos arraigados quando se discute o Sistema Prisional, a maioria repete em uníssono lugar de criminoso é na cadeia, a melhor forma de erradicar a reincidência é matando o preso, não imagina que o problema é social, ou seja, a questão é vista socialmente de maneira minimalista e, em virtude desse enfoque, os verdadeiros problemas e consequências sociais não são percebidos.

Ao entrevistar cada um, seja profissional, empresário, diretor de presídio, professor universitário, empreendedor, indústrias que já colaboraram com o sistema, enfim, foi coletada a opinião destes que só veio a confirmar o que já se imaginava.

Durante as entrevistas foi feito um trabalho social, discutiu-se o assunto arriscando opiniões refletindo sobre a problemática carcerária o grande engodo

político e social, o primeiro interessado na reabilitação do apenado é diretamente a sociedade.

O preso, recuperado pode ser um remédio para a nação ou um preso animalizado que representa um veneno mortal para a sociedade, tem-se que a grandeza de uma nação está na força do seu povo, sendo dever de todos comprometer-se com a necessidade de revisão do sistema carcerário.

Observa-se que, no momento, ou seja, em curto prazo, não há possibilidade de realização de atividades de capacitação e incentivo ao Empreendedorismo na Casa de Detenção de Cacoal, pois não existem ainda alicerces para tal trabalho, mas pode-se começar a divulgar, pode-se começar a divulgar a pretensão e despertar a vontade para acionar a realização deste e demais projetos.

O Estado, O sistema, O preso, e a Sociedade, em conjunto estão precisando de capacitação para dirimir o problema, o primeiro passo seria reconhecer o homem como ser capaz de se reabilitar após a prática de um crime.

REFERÊNCIAS

BARROS, João de. Caros amigos PCC. Edição Extra. Ano X, nº 21 Maio de 2006.

BECCARIA, Cesare Bonessa, Dos Delito das Penas, São Paulo: Martin Claret 1999.

CAPEZ, Fernando, Execução penal. 10 ed. São Paulo : ed. Damásio de Jesus, 2004.

CASTILHO, Ela Viecko V. De. Controle da Legalidade na Execução Penal: reflexões em torno da juridsdicionarilização. Porto Alegre: 1948.

COELHO, Daniek Vasconcelos. A crise no sistema penitenciário brasileiro. Disponível em <[http:// neofito.com.br/artigos/ penal.134.htm](http://neofito.com.br/artigos/penal.134.htm)>. Acesso em 23-06-2006 às 23h 45 min.

FALCONI, Romeu. Sistema Presidial: reincerção social? São Paulo: Ícone 1998.

FERNANDES, Newton, Criminologia Integrada, ed, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

FOUCAULT, Michel, Vigiar e Punir, ed.Vozes, 19º.Edição 305.F86V,Ex-6 0762,1999.

FREDJA, Leon Klarowsky. Guerra sem fronteiras. Revista Consulex. – ano 5 – nº 175- Maio de 2004.

HULSMON, Louk, Penas perdidas: O sistema penal em questão, 2 ed. Rio de Janeiro: Luam, 1997.

KELSEN, Hans, Montesquieu, R. Von Jheiring, O espírito das leis, Teoria Pura do Direito. Editora Líder, Belo Horizonte – 2004.

LEITE, Emanuele – O fenômeno do Empreendedorismo Criando Riquezas, 3º edição e Revista e Ampliada e, Edições Bogaço Recife 2002.

LIMA, Regina Campos, A sociedade prisional e suas Facções criminosas, Londrina: Humanidade., 2006.

MARCONDES, Reynaldo C. E Bernardes. Criando empreendedores para o sucesso. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

MEHMERI, Adilson. Alternativa emergencial. *Revista Consulex* – Ano 1 – nº 7 – Julho de 1997.

MIRABETE, Julio Fabbrini, Manual de Direito Penal; vol. I. 5 ed. – São Paulo/SP: Atlas 2004.

NALINI, José Renato, Pode o juiz melhorar a execução penal?, Editora Oliveira Mendes, Execução Penal – Visão do TACRIM – SP

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Comentários a Lei de Execução Penal. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

PADUANI, Célio César. Da remição na lei de execução penal. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

PENTEADO, Jaques de Camargo, Justiça Penal, Críticas e Sugestões, Revista dos Tribunais, 1994.

ROURE, Denise de. Panorama dos processos de reabilitação dos presos. *Revista Consulex* – Ano 3 – nº 20- agosto de 1998.

SÀ, Matilde Maria Gonçalves de, O Egresso do Sistema Prisional no Brasil, Edições Paulistanajur, 2004/São Paulo – Brasil

SOUTO, Claudio e Falcão, Joaquim (orgs.) Sociologia e direito: temas básicos para a disciplina da sociologia jurídica. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2005.

Artigo/ Pesquisa

BOSCO, Magna Daniele Sistema Penitenciário Brasileiro, aspectos sociológicos, *jus navegante*, Juresino, a.3 n.27 dez.1998, Disponível em – acesso em 15/11/2005.

SANTOS, SÍntia Menezes ,Direito Net – artigo – Ressocialização através da educação www.direitonet.com.br/artigos/x/22/31/2231/17/09/2005

CABRINI, Fundação Santa, Ressocialização com o Trabalho, <http://www.santacabrini.rj.gov.br/ressoc.htm>

SADDY, André ,Trabalho do Preso a Luz da Providência Social, Ação. De Direito Universitário Estácio de Sá, Jus navegante, ano 7, nº 64,Abril 2003, disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3912>

DEPEN, departamento Penitenciário do Estado do Paraná, http://www.pr.br/depen/dp_ressocializacao.shtml, 17/09/2005

Revista Sebrae, www.sebrae.com.br

Capacitação e Desenvolvimento nº13maio/junho/julho 2004 ,ISSN 1678 9589/ Brasília – DF

UniCEUB, Em Revista, De A Mão A Quem Precisa , Solidariedade na forma crescimento pessoal.

Boletim Técnico do SENAC, A Revista da Educação Profissional, Volume 30, nº 3,Setembro/Dezembro 2004,ISSN 0102549x,Rio de Janeiro, 4000 exemplares ,Edição quadrimestral.

Revista Jurídica Consulex, Ano VI, Nº 127 104/2002, Voz universitária/Danilo André ,Direito Penal Mediático.

ANEXOS

ANEXO 1 – Instrumento de pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE CACOAL – UNIR
EMPREENDEDORISMO COMO MEIO DE RESSOCIALIZAÇÃO EM CACOAL.

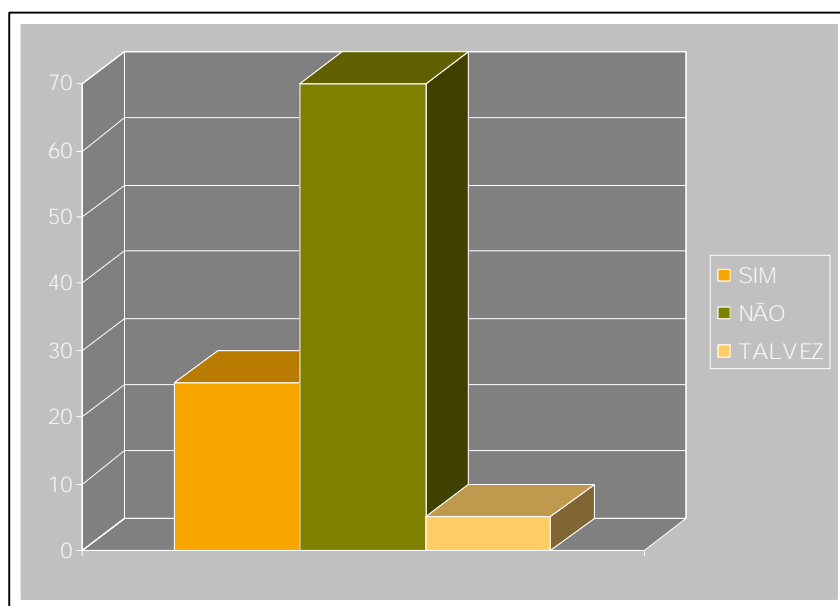
Pesquisa realizada no período de junho/julho de 2006, para trabalho monográfico.

QUESTIONÁRIO:

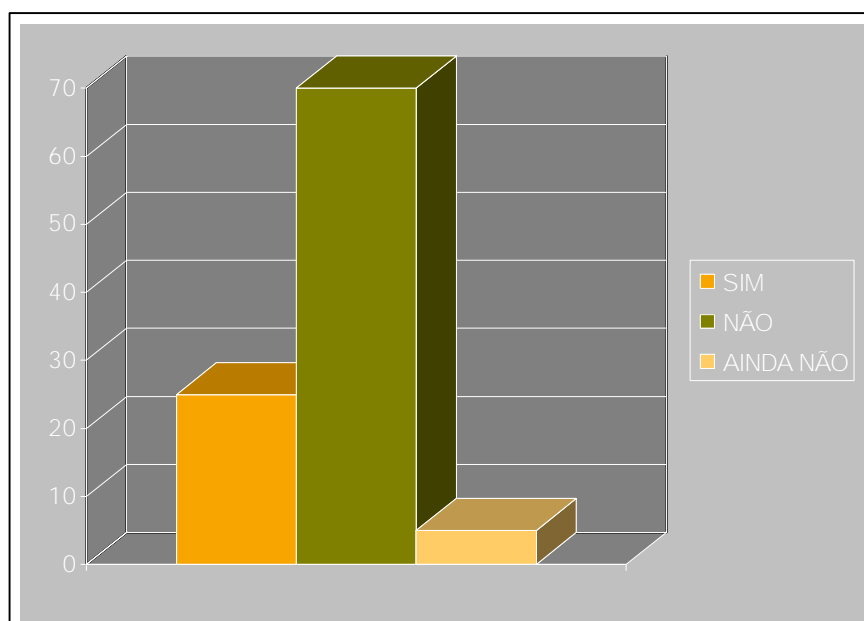
- 1- Se você um empresário, contrataria um ex-presidiário?
- 2- Você acredita que o estado está dominado pelo Crime?
- 3- Na sua opinião o sistema carcerário tem solução?
- 4- Você acredita na Justiça Brasileira?
- 5- O cárcere é considerado o próprio inferno, você acha que procede esta afirmativa, haja vista o alto grau de reincidência?.
- 6- Se desenvolver técnicas de empreendedorismo, durante o tempo da prisão, o egresso, terá maiores condições de enfrentar o mercado de trabalho?

ANEXO 2 – Gráfico com os resultados da pesquisa

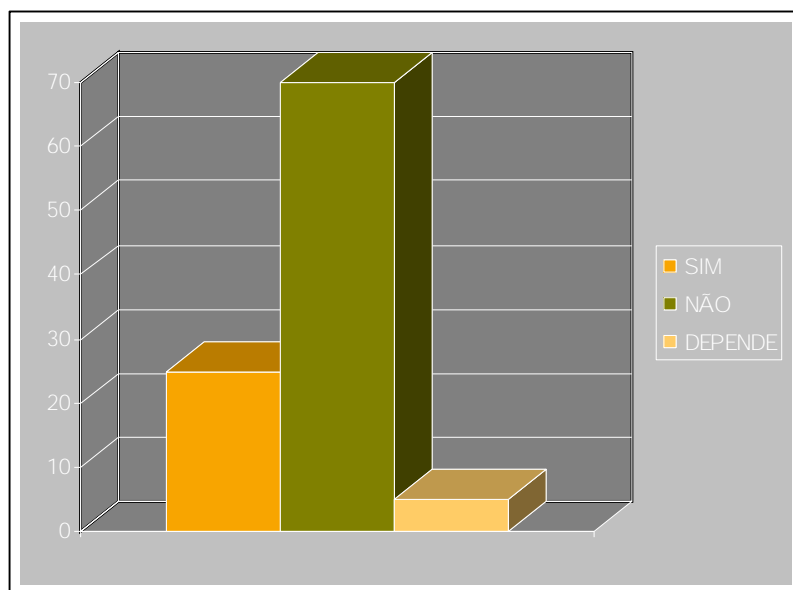
Se Você Fosse Um Empresário, Contrataria Um Ex-Presidiário?



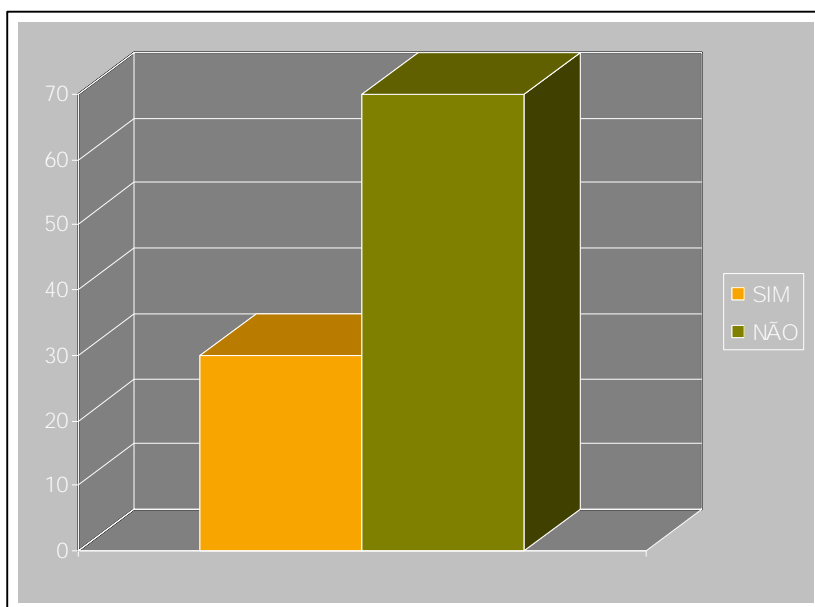
Você Acredita Que O Estado Está Dominado Pelo Crime?



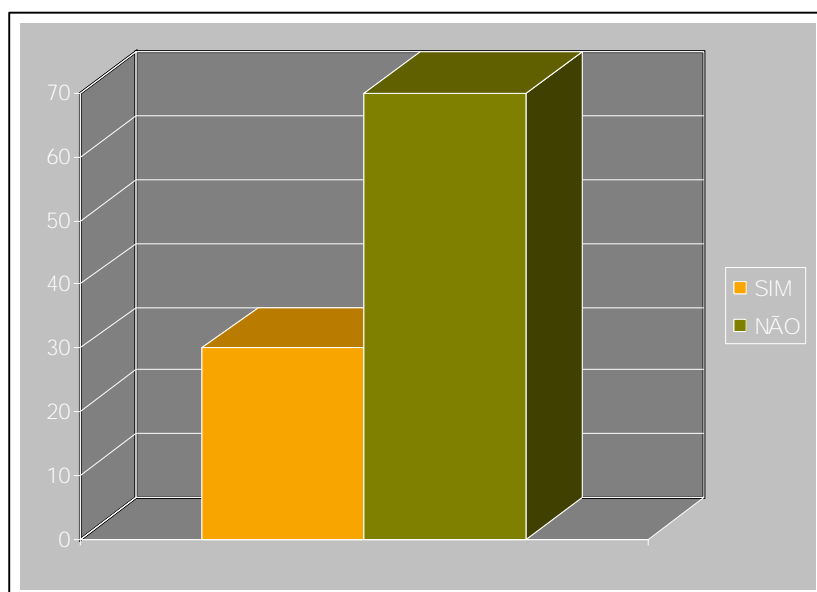
Na Sua Opinião O Sistema Carcerário Tem Solução?



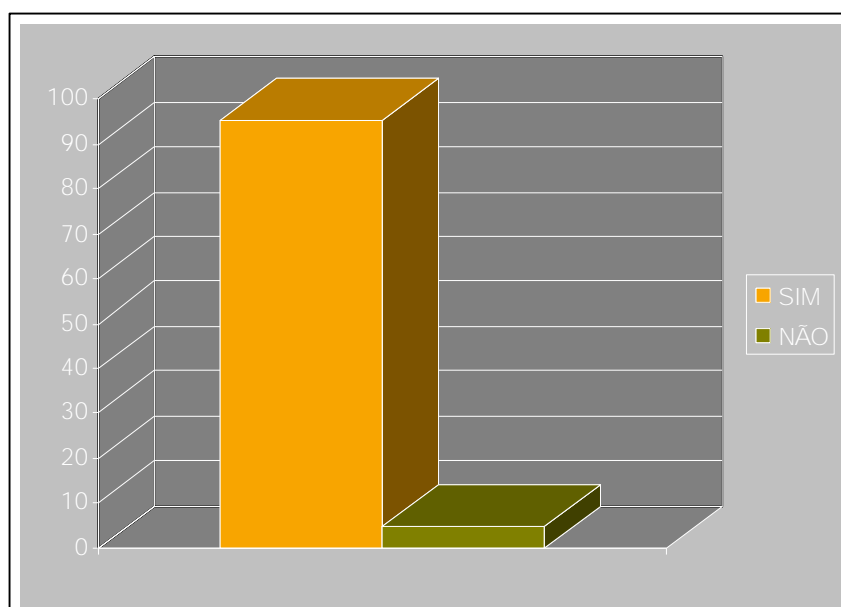
Você Acredita Na Justiça Brasileira?



O cárcere é considerado o próprio inferno, você acha que procede esta afirmativa, haja vista o alto grau de reincidência?



Se desenvolver técnicas de empreendedorismo, durante o tempo da prisão, o egresso, terá maiores condições de enfrentar o mercado de trabalho?



ANEXO 3 – Foto vista aérea do prédio de Cacoal



